

Concessionária de
Rodovia Sul-
Matogrossense
S.A.(Companhia
Aberta)

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017 e
Relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório de administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanço patrimonial	14
Demonstrações do resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório de Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa da Companhia) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques do Ano de 2017

Em abril de 2017, a Companhia concluiu 138,8 km de duplicação, já vistoriados e liberados para o tráfego pela fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Conforme previsto no item 18 do Contrato de Concessão a cobrança de pedágio somente poderá ter início após a conclusão dos Trabalhos Iniciais, conclusão de 10% da duplicação e implantação das praças de pedágio, o que ocorreu em setembro de 2015. Nesse mesmo item estabelece-se que as revisões da tarifa vão ocorrer na data-base início da cobrança. Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C (fator de reequilíbrio referente aos eventos que geram impacto direto sobre as receitas da concessionária, como as verbas contratuais, alteração da tarifa pelo arredondamento, receitas extraordinárias, pagamento de IOF não previsto, etc) e Fator D (desconto de

reequilíbrio de desempenho da concessionária, avalia do atendimento as metas de duplicação e execução de obras, assim como desempenho dos parâmetros contratuais de pavimento e sinalização), conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em 18 de setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em 15 de abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a MSVia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram aportados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 Mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica ao setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2. Desempenho

Em R\$ mil	2017	2016	Var.%
Receita líquida	501.911	750.510	-33,1%
Receita de pedágio	269.313	291.888	-7,7%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	249.998	475.152	-47,4%
Receitas acessórias	6.538	9.637	-32,2%
(-) Deduções da receita bruta	(23.938)	(26.167)	-8,5%
(-) Custos e despesas (a)	(435.015)	(648.796)	-33,0%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(249.998)	(475.152)	-47,4%
Demais custos e despesas	(185.017)	(173.644)	6,5%
(-) Resultado financeiro líquido	(3.288)	(13.779)	-76,1%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.316)	(30.266)	-26,3%
Lucro líquido	41.292	57.669	-28,4%
(+) Resultado financeiro líquido	3.288	13.779	-76,1%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	22.316	30.266	-26,3%
EBIT (b)	66.896	101.714	-34,2%
Margem EBIT	13,3%	13,6%	-0,2
(+) Provisão de manutenção	16.986	8.688	95,5%
EBIT Ajustado	83.882	110.402	-24,0%
Margem EBIT ajustada (c)	26,6%	36,9%	-10,4
(+) Depreciação/amortização	33.293	20.967	58,8%
EBITDA (b)	100.189	122.681	-18,3%
Margem EBITDAç	20,0%	16,3%	3,6
(+) Provisão de manutenção (d)	16.986	8.688	95,5%
EBITDA ajustado	117.175	131.369	-10,8%

Margem EBITDA ajustada (e)	46,5%	47,7%	-1,2
Dívida líquida	777.665	703.379	10,6%
Investimentos	306.771	553.260	-44,6%
Veículos equivalentes (em milhares)	42.913	47.165	-9,0%

- (a) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 16 - Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2017, a receita foi inferior a 2016 devido a retração na economia do país.

Receita de construção: Em 2017 o maior volume de receita de construção ocorreu na finalização de trechos de duplicação iniciados em 2016.

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receitas acessórias: Referem-se a receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2016, a Concessionária firmou novos contratos pela ocupação da faixa de domínio para empresas de telefonia e recebeu retroativo a anos anteriores devido a isso a ano de 2017 está com receita inferior em 32,2%.

Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais diminuíram 33% no exercício de 2017 em relação a 2016, alcançando o valor de R\$ 435.015 mil. Esta variação deve-se principalmente à redução no fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Investimentos

No ano de 2017, foi investido o montante de R\$ 306.771 em obras, equipamentos e veículos. Os principais projetos concluídos no mesmo ano foram:

- Duplicação até 2017 de 138,8 km;
- Restauração de 398 km de pavimento;
- Implantação até 2017 de 451 câmeras do CFTV;

Além destes, alguns projetos iniciaram em 2017 e seguem em andamento:

- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;

- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

Atendimento ao Usuário

Em 11 de outubro de 2017, a Concessionária completou três anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.

No ano de 2017, foram registrados 83.784 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 130.150 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 76.343 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 50.158 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.649 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

Redução de Acidentes

No ano de 2016 foram registrados 1.594 acidentes na BR-163/MS, em 2017 este número caiu para 1.500 acidentes, o que representa uma redução de 6% em relação ao ano anterior. Quando comparado o número de vítimas feridas com 2016, a redução foi de 10%, 112 vítimas a menor.

2.3. Perspectivas

Após o início da cobrança da tarifa de pedágio e conclusão da duplicação de 10% da BR-163/MS, a CCR MSVia mantém seu principal objetivo de duplicar a rodovia em 5 anos.

A titularidade da Licença de Instalação de nº 1083 foi transferida para a Companhia em maio de 2016 através da autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo José Braz Cioffi o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Guilherme Motta Gomes e João Daniel Marques da Silva. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Roberto de Barros Calixto, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; e Henrique Rubião do Val, Diretor de Engenharia.

3.2 Gestão de Pessoas

Em 2017 foram contratados 257 novos colaboradores para diversas áreas da Concessionária. A média/ano de turnover ficou em 2,41%. Além disso, foram 1.278 colaboradores treinados, 1.134 horas

em sala de aula, divididos em 110 turmas. O destaque está nas capacitações internas, o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2017 com 852 colaboradores próprios e 290 colaboradores terceirizados.

4. Sustentabilidade

Desde sua estruturação, em 1998, a Companhia tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, a Companhia divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a Companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos stakeholders e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, a Companhia, convidada para fazer parte do grupo de empresas frontrunners do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gera valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso a informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Além da prestação de contas, a atuação sustentável da Companhia é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A Companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira Companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, a Companhia atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1 Gestão da sustentabilidade

Em 2017 foram realizadas ações do programa (i) Estrada para Saúde, destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes; (ii) Campanha de coleta de lacres de alumínio para compra de cadeira de rodas que contribuiu com a doação de 10 cadeiras; e (iii) Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.2 Destaques do período

O ano de 2017 foi inteiramente voltado ao usuário da BR-163/MS com inúmeras campanhas de conscientização mantendo o foco em torná-la em uma Rodovia da Vida.

MÊS	AÇÃO EDUCATIVA	PALESTRA		PANFLETAGEM	
		Nº PALESTRA	PÚBLICO ATINGIDO	PANFLETOS	PÚBLICO ATINGIDO
Janeiro	19	0	0	24.907	24.907
Fevereiro	37	0	0	66.650	66.650
Março	19	0	0	9.250	9.250
Abril	56	0	0	43.174	43.174
Maiο	62	2	350	36.940	36.940
Junho	29	0	0	31.350	31.350
Julho	18	0	0	6.460	6.460
Agosto	27	0	0	19.931	19.931
Setembro	111	19	2.636	27.989	27.989
Outubro	18	1	19	11.660	11.660
Novembro	19	0	0	14.830	14.830
Dezembro	41	0	0	27.390	27.390
TOTAL	456	22	3.005	320.531	320.531

Em parceria com a PRF foram distribuídos 11.500 bafômetros descartáveis e 20.000 sacolinhas de lixo para os usuários da rodovia.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Neste ano de 2017, marcado pela continuidade das obras de duplicação e restauração do pavimento a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Campo Grande 20 de fevereiro de 2018

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 1 e 13 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras comparativas da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.058	19.967	Financiamentos	12	1.367	1.129
Contas a receber	7	10.254	9.824	Fornecedores		17.321	57.237
Contas a receber - partes relacionadas	9	45	35	Fornecedores - partes relacionadas	9	683	873
Aplicações financeiras	6	12.059	-	Impostos e contribuições a recolher		3.371	4.851
Tributos a recuperar		835	1.217	Obrigações sociais e trabalhistas		12.513	13.772
Adiantamento a fornecedor		-	322	Obrigações com o poder concedente		817	724
Despesas antecipadas e outras		1.172	1.934	Outras contas a pagar		40	60
				Dividendo a pagar		9.807	-
Total do ativo circulante		74.423	33.299	Total do passivo circulante		45.919	78.646
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Tributos diferidos	8b	-	115	Financiamentos	12	838.415	722.217
Depósitos judiciais		337	156	Tributos diferidos	8b	22.179	-
		337	271	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	27	-
				Provisão de manutenção	14	30.801	11.001
				Total do passivo não circulante		891.422	733.218
Imobilizado	10	124.218	134.722	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.584.466	1.267.190	Capital social	15b	783.000	592.000
				Reservas de lucros		63.103	31.618
Total do ativo não circulante		1.709.021	1.402.183			846.103	623.618
Total do ativo		1.783.444	1.435.482	Total do passivo e patrimônio líquido		1.783.444	1.435.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	501.911	750.510
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(249.998)	(475.152)
Serviços		(28.770)	(47.572)
Custos com obrigações poder concedente		(19.322)	(15.667)
Depreciação e amortização	10 e 11	(28.157)	(19.007)
Custo com pessoal		(36.930)	(35.356)
Provisão de manutenção	14	(16.986)	(8.688)
Materiais, equipamentos e veículos		(14.954)	(14.709)
Outros		(7.250)	(4.321)
		<u>(402.367)</u>	<u>(620.472)</u>
Lucro bruto		99.544	130.038
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(10.617)	(10.698)
Serviços		(12.676)	(10.543)
Materiais, equipamentos e veículos		(558)	(743)
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.136)	(1.960)
Outros		(3.911)	(4.656)
		<u>(32.898)</u>	<u>(28.600)</u>
Outros resultados operacionais		<u>250</u>	<u>276</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>66.896</u>	<u>101.714</u>
Resultado financeiro	17	(3.288)	(13.779)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>63.608</u>	<u>87.935</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(22.316)	(30.266)
Lucro líquido do exercício		<u>41.292</u>	<u>57.669</u>
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>0,05811</u>	<u>0,11482</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	41.292	57.669
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>41.292</u>	<u>57.669</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Reserva especial de dividendos</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	429.000	(70.000)	-	-	-	(26.051)	332.949
Subscrição e integralização de capital	163.000	70.000	-	-	-	-	233.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	57.669	57.669
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.580	-	-	(1.580)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	7.510	(7.510)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	22.528	-	(22.528)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>592.000</u>	<u>-</u>	<u>1.580</u>	<u>22.528</u>	<u>7.510</u>	<u>-</u>	<u>623.618</u>
Reversão da reserva especial de 11 de abril de 2017	-	-	-	7.510	(7.510)	-	-
Subscrição e integralização de capital em 10 de janeiro de 2017	53.000	-	-	-	-	-	53.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de fevereiro de 2017	17.000	-	-	-	-	-	17.000
Subscrição e integralização de capital em 10 de maio de 2017	14.000	-	-	-	-	-	14.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de junho de 2017	28.000	-	-	-	-	-	28.000
Subscrição e integralização de capital em 10 de julho de 2017	16.000	-	-	-	-	-	16.000
Subscrição e integralização de capital em 09 de outubro de 2017	86.000	(23.000)	-	-	-	-	63.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.292	41.292
Destinações:							
Reserva legal	-	-	2.065	-	-	(2.065)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(9.807)	(9.807)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	29.420	-	(29.420)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>806.000</u>	<u>(23.000)</u>	<u>3.645</u>	<u>59.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>846.103</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.292	57.669
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.294	24.306
Depreciação e amortização	33.293	20.967
Baixa do ativo imobilizado e intangível	178	201
Juros sobre financiamentos	75.965	58.539
Capitalização de custo de empréstimos	(72.923)	(42.656)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	(982)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas e previdenciários	997	655
Constituição da provisão de manutenção	16.986	8.688
Juros e variação monetária com partes relacionada	118	-
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	2.814	761
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	1	1
	121.018	128.149
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(433)	(3.653)
Contas a receber - partes relacionadas	(10)	8.087
Tributos a recuperar	382	2.578
Adiantamento a fornecedores	322	5.783
Despesas antecipadas e outras	581	(615)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(39.917)	25.509
Fornecedores - partes relacionadas	(169)	(648)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(970)	(655)
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.480)	4.634
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-	(8.716)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.259)	218
Outras contas a pagar	73	(248)
	(42.880)	32.274
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.290)	(25.476)
Adições ao ativo intangível	(261.169)	(485.006)
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	31
Aplicações financeiras	(12.059)	-
	(279.518)	(510.451)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	191.000	233.000
Financiamentos		
Captações	105.732	713.602
Pagamentos de principal	-	(560.619)
Pagamentos de juros	(65.261)	(44.207)
	231.471	341.776
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa		
	30.091	(8.252)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.967	28.219
No final do exercício	50.058	19.967
	30.091	(8.252)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas			
Receitas de pedágio		269.313	291.888
Receitas de construção		249.998	475.152
Receitas acessórias		79.461	52.293
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(249.998)	(475.152)
Provisão de manutenção	14	(16.986)	(8.688)
Custos dos serviços prestados		(69.610)	(81.597)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.290)	(15.657)
Valor adicionado bruto		<u>244.888</u>	<u>238.239</u>
Depreciação e amortização	10 e 11	(33.293)	(20.967)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>211.595</u>	<u>217.272</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	<u>3.541</u>	<u>4.079</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>215.136</u></u>	<u><u>221.351</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		26.722	22.775
Benefícios		10.697	11.531
FGTS		1.976	2.326
Outros		1.088	1.008
Tributos			
Federais		39.714	50.436
Estaduais		164	143
Municipais		13.753	14.816
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		79.540	60.053
Aluguéis		190	594
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		<u>41.292</u>	<u>57.669</u>
		<u><u>215.136</u></u>	<u><u>221.351</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) Constituição e objeto:

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram confluído em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

b) Outras informações relevantes:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que sejam julgados procedentes os pedidos. Aguarda-se decisão do juiz acerca das manifestações apresentadas.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

d) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas nas projeções estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (RI)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas.

Até o momento não se identificou impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 / CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e a CPC 30 / IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18 e CPC 17 / IAS 11), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada. Contudo espera-se que as notas explicativas às Demonstrações Financeiras venham a ser ampliadas.

A Companhia planeja adotar a IFRS 15 / CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15 / CPC 47, referentes ao período comparativo apresentado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

- **Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo sobre seus ativos financeiros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia considera que o seu caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes e, portanto, não espera reconhecimentos materiais de *impairment* na adoção do CPC 48 / IFRS 9 neste quesito.

- Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

- Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que este, aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

De acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados a compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro, quando este for reconhecido. Prática que já é realizada pela Companhia.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

- Divulgações e Transição

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas Demonstrações Financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Entretanto, o impacto dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 20 de fevereiro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 13 Provisão para riscos
- 14 Provisão de manutenção
- 18 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (2) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 12, 18 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos	2.936	-	44.534	44.508	767.764
Fornecedores e outras contas a pagar	17.361	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	683	-	-	-	-
Dividendo a pagar	9.807	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	817	-	-	-	-

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	10.298	9.877
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	34.705	435
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	5.055	9.655
	<u>50.058</u>	<u>19.967</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	12.059	-
	<u>12.059</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 99,51% do CDI, equivalente a 9,85% ao ano (98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	828	1.221
Pedágio eletrônico (b)	9.725	8.899
	<u>10.553</u>	<u>10.120</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(299)	(296)
	<u>10.254</u>	<u>9.824</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Crédito a vencer	10.064	9.512
Créditos vencidos até 60 dias	188	312
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	3	149
Créditos vencidos há mais de 180 dias	296	147
	<u>10.553</u>	<u>10.120</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
		(Re classificado)
		(*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	63.608	87.935
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.627)	(29.898)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	131
Remuneração variável de dirigente estatutário	(631)	(526)
Despesas indedutíveis	(43)	(53)
Outros ajustes tributários	(15)	80
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.316)	(30.266)
Impostos correntes	(22)	(5.960)
Impostos diferidos	(22.294)	(24.306)
	(22.316)	(30.266)
Alíquota efetiva de impostos	35,08%	34,42%

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	2016
		(Reclassificado)
		(*)
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	17.236	21.862
Remuneração variável de dirigente estatutário	1.522	1.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	535	534
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	9	-
Constituição da provisão de manutenção	10.473	3.740
Outros	-	(13)
	29.775	27.680
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(51.954)	(27.565)
	(51.954)	(27.565)
Ativo diferido líquido	-	115
Passivo diferido líquido	(22.179)	-

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			
	2017			
	Serviços prestados	Intangível	Despesas Financeiras	Receitas
Controladora				
CCR S.A.	3.497 (a)	-	21 (a)	-
CPC	4.359 (b)	1.200 (b)	97 (b)	-
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A.	-	4.609 (d)	-	-
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>7.856</u>	<u>5.809</u>	<u>118</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>6.407</u>	<u>18.678</u>	<u>-</u>	<u>889</u>

	Saldos	
	2017	
	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Fornecedores, contas a pagar e ILP
Controladora		
CCR S.A.	-	273 (a)
CPC	2 (b)	406 (b)
Outras partes relacionadas		
Companhia Operadora de Rodovias	3 (c)	-
RodoNorte	6 (c)	-
AutoBAn	19 (c)	-
SPVias	2 (c)	-
Metrô Bahia	13 (c)	4 (c)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	<u>45</u>	<u>683</u>
Total, 31 de dezembro de 2017	<u>45</u>	<u>683</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2016	<u>35</u>	<u>873</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>35</u>	<u>873</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração: (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.200	3.673
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.327	834
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.196	1.334
Previdência privada	18	18
Seguro de vida	6	7
	<u>5.747</u>	<u>5.866</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remuneração dos administradores (e)	1.560	1.141

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2016		2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.143	-	(13)	240	1.370
Máquinas e equipamentos	52.990	-	(27)	14.742	67.705
Veículos	21.066	-	(72)	1.351	22.345
Instalações e edificações e terrenos	1.124	-	-	-	1.124
Sistemas operacionais	43.531	-	(140)	2.329	45.720
Imobilizações em andamento	32.781	9.442	-	(20.053)	22.170
	<u>152.635</u>	<u>9.442</u>	<u>(252)</u>	<u>(1.391)</u>	<u>160.434</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.152 em 2017 (R\$ 4.689 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 7,63% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2016		2017		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(111)	(135)	4	-	(242)
Máquinas e equipamentos	11	(3.677)	(7.841)	8	6	(11.504)
Veículos	25	(9.569)	(5.459)	39	-	(14.989)
Instalações, edificações e terrenos	(b)	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	10	(4.260)	(4.942)	23	(6)	(9.185)
		<u>(17.913)</u>	<u>(18.377)</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>(36.216)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.269.648	330.801	75	1.600.524
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.273	-	1.316	8.589
	<u>1.276.921</u>	<u>330.801</u>	<u>1.391</u>	<u>1.609.113</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 69.771 em 2017 (R\$ 37.967 em 2016). A taxa média de capitalização em 2017 foi de 7,63% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2016	2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(8.408)	(13.262)	(21.670)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.323)	(1.654)	(2.977)
		<u>(9.731)</u>	<u>(14.916)</u>	<u>(24.647)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2017	Vencimento Final	2017	2016
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	15.205	Março de 2039	662.088	580.146 (b) (c)
2. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1831% (a)	2.477	2.286	Março de 2039	126.515	102.138 (b) (c)
2. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.469	Março de 2039	51.179	41.062 (b) (c)
Total geral				<u>19.960</u>		<u>839.782</u>	<u>723.346</u>
Circulante							
Financiamentos						2.936	2.537
Custos de transação						<u>(1.569)</u>	<u>(1.408)</u>
						<u>1.367</u>	<u>1.129</u>
Não Circulante							
Financiamentos						856.806	740.543
Custos de transação						<u>(18.391)</u>	<u>(18.326)</u>
						<u>838.415</u>	<u>722.217</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da CCR
 (c) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2017
2020	44.534
2021	44.508
2022	44.508
2023 em diante	<u>723.256</u>
	<u>856.806</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 14 de março de 2016, foi assinado o contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 2.109.915, com vencimento em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em dezoito subcréditos, incluindo o subcrédito social no valor de R\$ 11.542, destinado a aprovação dos projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$ 587.039, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco.

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção essa feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias serão divididas em três fases: (i) *pré completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion* Parcial, definido essencialmente pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de (a) a fiança corporativa da CCR será diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à MSVia, esta, deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2.

O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato direto do BNDES, sendo R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.561 referente ao subcrédito R1, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Finisa (Finisa) e mediante repasse (Repasse) de recursos do BNDES, nos valores de R\$ 527.288 e R\$ 210.000, respectivamente, com vencimento em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do Finisa no valor bruto de R\$ 103.800 e no dia 18 de outubro, R\$ 43.250, do Repasse.

Sobre os dois contratos incidirão juros de TJLP + 2,0% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

As garantias estão divididas em três etapas: (i) pré *completion*, (ii) *completion* parcial, e (iii) *completion* total, conforme descrições abaixo:

(i) *Pré Completion*: As garantias consistem de (a) fiança corporativa CCR; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

(ii) *Completion* Parcial: definido pela conclusão das obras de duplicação previstas no contrato de financiamento. As garantias consistem de: (a) fiança corporativa da CCR é diminuída para 50% da dívida; (b) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; e (c) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergentes da concessão.

(iii) *Completion* Total, onde além do *completion* parcial supracitado, a MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,20 e apresentação de Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,00. As garantias consistem de: (a) penhor de 100% das ações da MSVia detidas pela CPC; (b) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, bem como dos direitos emergente da concessão.

A CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. A MSVia deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1,0 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2;

O resgate antecipado é permitido a qualquer tempo.

Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato FINISA, no montante de R\$ 22.910, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2ª liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545, com remuneração de TJLP + 2% a.a..

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	2016			2017		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	Total
Cíveis	-	4	-	(4)	-	-
Trabalhistas	-	130	(52)	(79)	28	27
Total	-	134	(52)	(83)	28	27

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 414 e R\$ 473, respectivamente (R\$ 161 e R\$ 494, respectivamente, em 2016).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2017	2016
Cíveis e administrativos	292	89
Trabalhistas e previdenciárias	25	47
	317	136

14. Provisão de manutenção

Não circulante	2016		2017	
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
	11.001	16.986	2.814	30.801
	11.001	16.986	2.814	30.801

As taxas anuais de 2016 e 2017, para cálculo do valor presente, foram de 15,77% e 13,93% respectivamente.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a. Reserva especial de dividendos

Em 11 de abril de 2017, foi aprovada a reversão total da reserva especial de dividendos, que havia sido constituída nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 7.509, e consequente retenção de lucros, dada a necessidade de realização de elevado montante de investimentos nos próximos anos em função de compromissos assumidos.

b. Capital social

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 63.000, mediante a emissão de 63.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e podendo ser integralizadas até 10 de janeiro de 2017. Nesta data foi integralizado R\$ 10.000 e em 10 de janeiro de 2017 foi integralizado R\$ 53.000, passando o capital da Companhia para R\$ 645.000, dividido em 645.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 662.000, dividido em 662.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de maio de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 14.000, mediante a emissão de 14.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 676.000, dividido em 676.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de junho de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 28.000, mediante a emissão de 28.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 704.000, dividido em 704.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 10 de julho de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 16.000, mediante a emissão de 16.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 720.000, dividido em 720.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de outubro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 86.000, mediante a emissão de 86.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, permanecendo em capital social a integralizar o montante de 23.000 até 05 de março de 2018.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2018, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro acumulado do exercício	41.292
(-) Constituição de reserva legal	<u>(2.065)</u>
Lucro líquido ajustado	<u><u>39.227</u></u>

f. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador		
Lucro líquido	41.292	57.669
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	710.608	502.270
Lucro por ação - básico e diluído	0,05811	0,11482

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de pedágio	269.313	291.888
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	249.998	475.152
Receitas administrativas	-	889
Receitas acessórias	6.538	8.748
Receita bruta	<u>525.849</u>	<u>776.677</u>
Impostos sobre receitas	(23.873)	(26.111)
Devoluções e abatimentos	(65)	(56)
Deduções das receitas brutas	<u>(23.938)</u>	<u>(26.167)</u>
Receita líquida	<u><u>501.911</u></u>	<u><u>750.510</u></u>

17. Resultado Financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(75.965)	(58.539)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(118)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.814)	(761)
Capitalização de custos dos empréstimos	72.923	42.656
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(855)	(1.214)
	<u>(6.829)</u>	<u>(17.858)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.017	3.793
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
Juros e outras receitas financeiras	523	286
	<u>3.541</u>	<u>4.080</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(3.288)</u></u>	<u><u>(13.778)</u></u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

	2017			2016		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	51.819	-	-	10.090	-	-
Contas a receber	-	10.254	-	-	9.824	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	45	-	-	35	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(839.782)	-	-	(723.346)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(17.361)	-	-	(57.297)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(683)	-	-	(873)
Dividendos a pagar	-	-	(9.807)	-	-	-
Obrigações com poder concedente	-	-	(817)	-	-	(724)
Total	51.819	10.299	(868.450)	10.090	9.859	(782.240)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras	51.819	10.090

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	677.293	(61.841)	(73.873)	(85.909)
CEF (REPASSE BNDDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	53.648	(4.898)	(5.852)	(6.805)
CEF (REPASSE BNDDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	128.801	(11.760)	(14.049)	(16.337)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		46.757	3.199	3.999	4.798
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		5.055	349	436	523
				<u>(74.951)</u>	<u>(89.339)</u>	<u>(103.730)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	7,00%	8,75%	10,50%
CDI ⁽³⁾	6,89%	8,61%	10,34%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela BNDDES;
- (3) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela CETIP;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não influenciam nos cálculos dos efeitos posteriores.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compromisso de investimento	<u>4.410.718</u>	<u>4.846.348</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração do fluxo de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Fornecedores partes relacionadas	139	147
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	139	147
Aquisição de ativo intangível	(139)	(147)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(139)	(147)

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Empréstimos e Financiamento	Capital social	Total
Saldo Inicial	(723.346)	(592.000)	(1.315.346)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Integralização de capital	-	(191.000)	(191.000)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(105.732)	-	(105.732)
Pagamentos de principal e juros	65.261	-	65.261
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(40.471)	(191.000)	(231.471)
Outras variações			
Juros provisionados, variação monetária e cambial	(74.518)	-	-
Amortização do custo de transação	(1.447)	-	-
Total das outras variações	(75.965)	-	-
Saldo Final	(839.782)	(783.000)	(1.546.817)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cioffi
Guilherme Motta Gomes
João Daniel Marques da Silva

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Roberto de Barros Calixto
Henrique Rubião do Val

Diretor Presidente/RI
Diretor de Engenharia

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3"S"MS